

Grupo quer ampliar participação de mulheres na política

Raps afirma que é preciso superar barreiras culturais, pois desafio vai além de recursos para candidaturas e cotas partidárias

(Estadão, 08/09/2019 - acesse no site de origem)

A ampliação da participação feminina na política é um desafio que vai além de recursos para candidaturas e cotas partidárias. Para **Mônica Sodré**, diretora executiva da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (Raps), é preciso estimular as mulheres a participar da política de forma institucional, já que, culturalmente, elas não são encorajadas a ocupar esses espaços.

Esse foi um dos temas do seminário **Desafios da Democracia no Brasil: Inovação e Representação num Mundo Hiperconectado**, realizado pela Raps e pelo Estado, no Senado, em Brasília. A Raps é uma organização não-governamental que busca contribuir com a melhora da democracia e formar novas lideranças políticas. Uma das lideranças ligadas ao grupo é a deputada Tábata Amaral (PDT-SP).

“Temos um compromisso de estimular que mais mulheres participem da política institucional, reconhecendo que esse é um grupo que não foi criado para esses espaços”, disse. “É muito difícil que uma mulher se acredite candidata sem que isso venha acompanhado de trabalho social progressivo: só depois de trabalho social de anos uma mulher se convence de que poderia estar ocupando espaço de representação.”

Segmentos. Uma das preocupações do grupo, disse a diretora, é estimular a diversidade na formação de lideranças. Neste ano, por exemplo, 40% das inscrições abertas anualmente pelo grupo foram de negros e pardos - a diretora reconhece, no entanto, que essa fatia ainda não reflete a participação efetiva da população. Da mesma forma, também há dificuldades para atrair mulheres.

“Numa sociedade tão desigual quanto a nossa, e que traz aspectos historicamente ligados ao machismo, nem sempre os homens veem com bons olhos que sua esposa ou namorada se aventurem numa candidatura”, disse Mônica Sodré. “Obviamente estamos muito mais sujeitas a assédio do que homens no mesmo papel.”

Outro aspecto que dificulta a participação de mulheres é o financiamento das candidaturas. “No modelo de financiamento atual, cada partido decide sobre a divisão de recursos. Se o partido entende que um candidato é menos viável, ele recebe menos dinheiro, e, para as mulheres, isso é particularmente sensível”, disse Sodré.

A Lei Eleitoral determina uma cota de gênero entre as candidaturas: ao menos 30% das vagas devem ser preenchidas por um dos sexos - historicamente, as mulheres são minoria.

Foi a criação do fundo eleitoral que abriu a possibilidade de que as mulheres conquistassem mais verbas públicas para as campanhas femininas. Na primeira eleição com mais recursos, houve um aumento na representação das mulheres na Câmara: 77 foram eleitas em 2018, o que representa 15% da Casa. Na legislatura anterior, eram 51,10% do total. Das deputadas

que assumiram o mandato este ano, 43 ocuparam o cargo pela primeira vez.

Por Anne Warth

Joênia Wapichana, a voz indígena no Congresso em meio à crise na Amazônia

A primeira mulher indígena na Câmara, eleita deputada federal pelo Estado de Roraima, integra grupo de parlamentares que pede a destituição do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, pelos incêndios na floresta brasileira

(El País, 31/08/2019 - acesse no site de origem)

Na Câmara dos Deputados, os parlamentares mais velhos e as mulheres têm preferência para escolher o gabinete. Os primeiros, em deferência à idade. Em relação às segundas não está tão claro. O fato é que Joênia Wapichana (1974) não hesitou um instante. A primeira mulher indígena que se senta no Congresso federal escolheu o gabinete 231 em homenagem ao artigo da Constituição mais importante para ela e os seus, o que “reconhece a organização social, os costumes, as línguas, os credos e as tradições dos índios, assim como seus direitos originais às terras que tradicionalmente ocupam. A União tem a responsabilidade de demarcar essas terras, proteger e garantir o respeito de todos os seus bens”.

Wapichana, que costuma usar vistosos brincos de penas coloridas e tem o sobrenome de sua comunidade, como é hábito entre os líderes indígenas, está ciente do peso histórico e político da cadeira que conquistou em outubro do ano passado. Foi nas eleições em que seus compatriotas elegeram como presidente [Jair Bolsonaro](#), que pretende autorizar a exploração de minérios em terras indígenas para impulsionar a economia e assimilar seus habitantes. Agora, em plena crise dos [incêndios na Amazônia](#), Wapichana pede, ao lado de outros congressistas, perante o Supremo Tribunal Federal, a demissão do ministro do Meio Ambiente, [Ricardo Salles](#), por sua responsabilidade no desastre.

A deputada não gosta de rodeios e nem de perder tempo. Vai direto ao assunto, como os executivos de grandes empresas ou outras mulheres que compatibilizaram a universidade com a criação dos filhos. Essa advogada de cabelos e olhos cor de azeviche que fez mestrado no Arizona renunciou a uma confortável carreira de funcionária pública para defender as comunidades indígenas. Foram as do seu estado, Roraima, que a encorajaram. Queriam ter voz própria diante do poder em Brasília. A Constituição é a principal arma que Wapichana esgrime diante de um Governo que, enfatiza em seu gabinete, quer atropelar os direitos indígenas. Até hoje o único indígena entre os ilustres membros do Congresso era um cacique, Mário Juruna. Eleito nos anos 80, é lembrado por esse marco histórico e porque ia aos gabinetes com um gravador, para que as palavras dos brancos ficassem registradas, pois mentiam com frequência.

Wapichana, como outras pioneiras de culturas muito diferentes e países muito distantes, é filha

de uma mãe sem estudos que batalhou para que seus filhos fossem à escola. Como não havia nenhuma na comunidade, a senhora Anuzia deixou para trás o marido para se instalar com as crianças da cidade, em [Boa Vista, na fronteira com a Venezuela](#). Não se lembra do que pensou na primeira vez que pisou no asfalto. Durante as férias escolares, Wapichana retornava à comunidade, onde se vive da terra graças à pesca, à caça, à coleta de frutas..., muito diferente da cidade, onde tinham de pagar a casa, as roupas, a comida, a luz, o carro... Mesmo que aos 17 anos precisou cuidar do filho recém-nascido de uma irmã que morreu, ela conseguiu ir à universidade. Com muito trabalho, disciplina de ferro e uma excelente memória que atribui à cultura oral que seu povo pratica, ela se formou em Direito sem bolsas de estudos ou cotas, como enfatiza. Só mais tarde soube que era a primeira advogada indígena. Naqueles anos teve seus dois filhos. Um capítulo de sua vida sobre o qual deixa claro que não gosta de se estender. A vida de Wapichana começou como a de muitos indígenas do Brasil, sem que ninguém a registrasse.

Os 800.000 indígenas atuais, que representam 0,6% dos brasileiros, vivem em terras que cobrem 14% do vasto território nacional. Mas esses dados frios ocultam uma realidade que Wapichana e os ambientalistas consideram fundamental. Por isso, na porta do gabinete parlamentar 231, um cartaz explica em duas frases: “Dizem que a terra dos Yanomami é muito grande e tem poucos índios. Mas [esses poucos índios protegem o planeta inteiro](#)”. O modo de vida indígena é, de acordo com especialistas, uma das maneiras mais eficazes de preservar a floresta, a flora e a fauna para que continuem absorvendo o CO2 das indústrias, das vacas e dos aviões... e resfriando a atmosfera para deter o aquecimento. global

A prioridade de Wapichana, também a primeira indígena a defender um caso perante o Supremo, é evitar um retrocesso nos direitos adquiridos, mas ela não quer se estabelecer no não, ficar apenas na defensiva. Propõe um modelo de desenvolvimento sustentável enquanto defende com firmeza os direitos dos indígenas, os direitos humanos em geral, os direitos das mulheres, a educação e a saúde, a energia limpa... Chegou ao Congresso pela Rede, partido da ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva. Wapichana também é produto de uma das sofisticadas incubadoras de novos políticos que prometem renovação no Brasil. Como o resto dos eleitos formados pela [plataforma para lançar novos perfis políticos RenovaBR](#), sua biografia é parte essencial de seu capital político.

Por Naiara Galarraga Gortázar

[Mais de cem empresas formam coalizão para combater violência contra mulheres](#)

Iniciativa foi assinada nesta quinta-feira, em São Paulo, e inclui organizações como Magazine Luiza, Amil e Google. Ideia é transformar a cultura dentro do ambiente corporativo, de modo a identificar melhor o problema e facilitar denúncias

[\(O Globo, 30/08/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Por trás dos números de violência, há [mulheres que trabalham e escondem de colegas e chefes as agressões sofridas dos companheiros em casa](#). Também há homens que, longe do ambiente profissional, revelam-se agressores das esposas. Chegar a esses relatos muitas vezes é difícil, mas a abertura de empresas para discutir o tema e facilitar o caminho da denúncia pode ajudar a combater o problema.

Nesse esforço, mais de cem empresas se uniram e assinaram em São Paulo, nesta quinta-feira, um documento no qual se comprometem a formar uma coalizão pelo fim da violência contra mulheres e meninas. Na prática, CEOs e representantes de grandes organizações se dispuseram a construir meios de apoio a funcionárias e colaboradoras vítimas de violência doméstica e, também, a transformar a cultura dentro do próprio ambiente corporativo.



Ana Carolina Querino, representante interina da ONU Mulheres Brasil; Daniela Grelin, diretora executiva do Instituto Avon; José Vicente Marino, presidente da Avon e Mafoane Odara, gerente do Instituto Avon, no evento que marcou coalizão de combate à violência contra a mulher. Foto: Arte sobre foto de divulgação

Empresas serão acompanhadas por dois anos

A iniciativa é coordenada pela Avon e pelo Instituto Avon, que acompanharão as mudanças dentro das empresas por dois anos, com o apoio da ONU Mulheres. A ideia, segundo os responsáveis, é garantir um ambiente seguro de trabalho para as mulheres, sem assédio sexual e moral, com suporte a vítimas de violência doméstica e mudança da educação organizacional.

O projeto inclui propostas como a formação de grupos de trabalho sobre o tema dentro das empresas, a indicação de lideranças de referência no ambiente corporativo em casos de denúncia, campanhas de engajamento e a criação de canais de denúncia, seja por telefone ou online.

“Tivemos que demitir dois gerentes. Eles tinham atingido meta no trabalho, mas descobrimos que agrediam as mulheres em casa. Metemos a colher, sim.”

LUIZA HELENA TRAJANO, dona da rede Magazine Luiza

À frente da rede de varejo Magazine Luiza, Luiza Helena Trajano lembrou, no evento, que embora se dedicasse a causas de mulheres, só “acordou” realmente para o combate à violência depois que uma funcionária reconhecida na empresa foi assassinada pelo companheiro.

Hoje, a rede tem linhas de denúncias para as colaboradoras e, no aplicativo de compras,

incluiu um botão que conecta mulheres ao número 180, a central de atendimento à mulher em situação de violência.

— Criamos um comitê para discutir o tema, desenvolvemos uma campanha e começamos a discutir o assunto dentro da empresa — disse Luiza. — Mesmo assim, com todo esse engajamento, tivemos que demitir dois gerentes. Eles tinham atingido meta no trabalho, mas descobrimos que agrediam as mulheres em casa. Metemos a colher, sim.

A Magazine Luiza é uma das signatárias da iniciativa, ao lado de outras empresas como Amil, Cargill, Dow, Google, IBM Brasil, Mary Kay, Sodexo e WalMart.

— Estamos nos valendo do poder de mudança das empresas e de executivos para coordenar esforços neste tema e transformar vidas — afirma José Vicente Marino, presidente da Avon. — Só tem um jeito de não perceber esse problema: não prestar atenção.

Agressões geram 1 em cada 5 faltas no trabalho

As mulheres representam 60% da força de trabalho nacional. Além do impacto que a violência produz na vida delas, as agressões também influenciam a capacidade de trabalho, o estresse e o salário em comparação a mulheres que não sofrem agressões. Uma em cada cinco faltas no trabalho é motivada por agressões ocorridas no ambiente familiar.

Para a representante interina da ONU Mulheres Brasil, Ana Carolina Querino, a coalizão formada nesta quinta-feira é positiva por levar o debate e a ações concretas de prevenção à violência contra a mulher para dentro das empresas.

— Os efeitos das situações de violência vividas nos ambientes laboral, incluindo assédio sexual e moral, e doméstico, também afetam significativamente a produtividade das mulheres vítimas, aumentando a urgência de compromisso das empresas com o tema. Seja pelo seu papel no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e agenda de direitos humanos das mulheres, como também por uma questão de negócios, já que as empresas deixam de contar com pleno potencial das suas trabalhadoras — afirma Ana Carolina.

Além da assinatura da carta de fundação da coalizão, as empresas receberam no evento uma agenda com próximos passos do plano de trabalho, que serão coordenados pelo Instituto Avon.

Uma primeira reunião está prevista para setembro e, em outubro, começará um mutirão de campanha dentro das empresas, seguido de treinamentos e capacitação dos funcionários indicados pelas empresas participantes do acordo.

Por Elisa Martins

[Pesquisa do IBGE sobre saúde inclui perguntas sobre violência sexual, física e psicológica](#)

Serão visitados 108,5 mil domicílios em 2.167 municípios brasileiros

[\(Agência Brasil, 26/08/2019 - acesse no site de origem\)](#)

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) começou hoje (26) a coleta de dados da Pesquisa Nacional de Saúde 2019 (PNS). Ao todo, 1.200 entrevistadores visitarão 108,5 mil domicílios de 2.167 municípios de todo o país.

É o segundo levantamento da PNS, feita pela primeira vez em 2013, em parceria com o Ministério da Saúde. Nos anos de 1998, 2003 e 2008, o IBGE incluiu um suplemento de saúde na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad). A expectativa é que a PNS seja feita a cada cinco anos.

Segundo o IBGE, esta é a maior e mais completa pesquisa sobre saúde já feita na América Latina. A gerente da PNS, Maria Lúcia Vieira, disse que o objetivo é retratar a situação da saúde do país, além de levantar indicadores para o acompanhamento de políticas públicas para avaliação de programas existentes e implantação de novos.

“Ela traz uma infinidade de informações e de indicadores voltados para a área de saúde. Indicadores sobre a procura de atendimento por uma pessoa, se tem esse atendimento, como está a questão de doenças crônicas, que são uma das maiores causas de morte no país. A questão dos acidentes com a Lei Seca, que é uma política que foi implementada: a gente pergunta se a pessoa dirige depois de consumir álcool”, acrescentou Maria Lúcia.

Entre as novidades da PNS este ano estão a inclusão de perguntas sobre violência sexual, física e psicológica; um questionário sobre atividade sexual, que só será feito para maiores de 18 anos; um módulo sobre o pré-natal do pai, para saber se ele participou dos exames ou se sabia que poderia acompanhar; e perguntas sobre as condições e relações de trabalho.

“A pesquisa é feita a cada cinco anos. Então, não é tão rápida. A prevalência de tabagismo precisa ser acompanhada para ver se diminuiu, porque tem uma política de controle do tabagismo. Doenças crônicas também, é muito difícil conseguir esses dados em registros administrativos. Violência, que muitas vezes não tem registro na polícia. A depressão, vamos fazer uma escala, mesmo que a pessoa não tenha o diagnóstico, ela pode ter os sintomas”, disse a gerente da pesquisa.

Uma subamostra de 5.575 domicílios também será selecionada para fazer a antropometria, ou seja, medição de peso e altura. Maria Lúcia ressaltou que, apesar de a pesquisa trabalhar com amostra, a seleção por critérios estatísticos permite que os dados sejam representativos de todo o país.

Os moradores dos domicílios selecionados para participar da PNS serão informados com antecedência por meio de uma carta enviada pelo IBGE e poderão entrar em contato com o

instituto para verificar a veracidade da pesquisa e a identidade do entrevistador. “Pedimos muito a colaboração da população, porque a população é que nos dá o maior insumo. Sem a colaboração da população, fornecendo as informações, não conseguimos fazer o nosso papel, que é retratar o país, e dar todas essas informações importantíssimas na área de saúde”, afirmou Maria Lúcia.

Políticas

Conhecer a realidade da saúde da população é o primeiro passo para elaborar políticas para a área, disse o diretor de Análise em Saúde do Ministério da Saúde, Eduardo Macário. “A Pesquisa Nacional da Saúde vai fazer um levantamento profundo sobre toda a situação de saúde da população, inclusive identificando o acesso dos brasileiros aos serviços de saúde. Com isso, além de avaliar o estado atual de saúde da população, conseguiremos planejar pelo menos os próximos 10 anos das ações do Ministério da Saúde, junto com estados e municípios.”

A coleta de dados vai até fevereiro de 2020 e os primeiros resultados devem ser divulgados em 2021. As informações prestadas pela população são sigilosas e só serão computadas para fins estatísticos.

Por Akemi Nitahara

Fala de Bolsonaro sobre Brigitte Macron é problemática? Entenda

Um comentário feito pelo presidente Jair Bolsonaro durante o último fim de semana causou grande desconforto diplomático entre o Brasil e a França. Em seu Facebook, um seguidor de Bolsonaro postou uma montagem com fotos da esposa de Emmanuel Macron e da esposa do presidente brasileiro.

(Yahoo Notícias, 26/08/2019 - acesse no site de origem)

Nela, ele comparava Brigitte Macron e Michelle Bolsonaro e dizia que o francês tinha “inveja” do brasileiro e que, por conta disso, ele estaria “perseguido” Bolsonaro. Em resposta ao seguidor, o presidente brasileiro disse: “Não humilha, cara. (Risos)”.

Essa “perseguição” estaria relacionada à convocação do G7 feita por Macron para tentar ajudar no combate às queimadas que se alastraram pela Amazônia desde a semana passada.

A fala do presidente brasileiro foi repercutida pelos jornais franceses e, nesta segunda-feira (26), foi rebatida por Macron. Em entrevista coletiva, o presidente francês afirmou que o

comentário de Bolsonaro foi “triste” e “extremamente desrespeitoso”. “Eu penso que as mulheres brasileiras têm vergonha de ler isso de seu presidente”, afirmou.

Mas, por qual motivo, a fala de Bolsonaro é problemática? Segundo a pesquisadora Marisa Sanematsu, do Instituto Patrícia Galvão, o presidente apoiou e reforçou uma prática machista de competição entre homens em função de ter ao lado uma mulher mais jovem ou “mais bonita” de acordo com os padrões de beleza estabelecidos.

“Para esses machistas, um homem que tem uma mulher mais velha morre de inveja do que está casado com uma mais jovem. Para eles, essa é a ideia do que é ser um homem de sucesso. A atitude é incompatível com o que se espera de um chefe de Estado. Em especial, de um presidente de um país em que as mulheres já são maioria da população”.

De acordo com Joanna Burigo, mestre em gênero, mídia e cultura, é de se surpreender que dois chefes de Estado estejam mais preocupados em falar sobre a aparência de suas esposas do que sobre os problemas sérios que o mundo está enfrentando.

“É um retrocesso sem fim. Ao invés de estarem discutindo questões de interesse das populações que representam, estão gastando tempo botando gasolina numa conversa que não deveria nem existir”, constatou a especialista em entrevista ao blog.

A pesquisadora concorda com a fala de Joanna e ainda acrescenta que é fundamental que o presidente brasileiro busque ter uma boa relação com outros países do mundo. “Além do cargo exigir uma postura de condenação ao preconceito, é fundamental para um chefe de Estado a busca de manter relações cordiais e de cooperação com as outras nações”, explicou.

Para Marisa, a atitude de Bolsonaro já começou a trazer problemas diplomáticos para o Brasil. “Nesse momento, a imagem do País no exterior é a pior possível. Nossos parceiros comerciais e diplomáticos também estão condenando a atitude do governo brasileiro. Em alguns países, a população já pede boicote dos produtos brasileiros”, afirmou ao blog.

A diferença de idade entre Bolsonaro, de 64 anos, e Michelle, de 37, é quase a mesma que existe entre Macron, de 41 anos, e Brigitte, de 66. Os franceses têm 25 anos de diferença. Já os brasileiros, têm 27. Porém, a diferença de idade só parece virar motivo de piada quando a mais velha da relação é a mulher.

Existe uma explicação para isso. Joanna faz questão de explicar que a fala de Bolsonaro representa como o etarismo é cruel com as mulheres. “Existe uma desvalorização da mulher conforme ela envelhece. A gente sabe que muitos homens pensam dessa forma. Essa fala explicita bastante o valor que homens como ele dão às mulheres. É a valorização de uma mulher jovem e doméstica”, afirmou.

O etarismo, segundo Marisa, é uma prática bem recorrente em nossa cultura e é muito mais cruel com as mulheres. “Somos valorizadas, em primeiro lugar, pela beleza. E a juventude tem uma relação direta com a beleza. Eu creio que essa declaração foi ofensiva a todas as mulheres e envergonha as brasileiras e os brasileiros. Nenhuma pessoa, seja mulher ou homem, gosta de ser julgada apenas pela aparência quando jovem”, disse a pesquisadora.

Mesmo após a troca de farpas entre Bolsonaro e Macron, o presidente francês anunciou uma ajuda de cerca de R\$ 91 milhões para combater os incêndios que foram causados na Amazônia.

[Estudiosas de gênero rebatem comentário sexista de Bolsonaro sobre primeira-dama da França: ‘Mulher não é um prêmio’](#)

Presidente zombou da esposa do francês Emmanuel Macron em uma postagem do Facebook que compara Brigitte à sua própria mulher, Michelle.

[\(O Globo, 26/08/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Após [Jair Bolsonaro endossar uma postagem sexista](#) de um internauta no Facebook, comparando a beleza da primeira-dama francesa, [Brigitte Macron](#) — 24 anos mais velha do que o marido —, com a brasileira, Michelle Bolsonaro — 27 anos mais nova do que o presidente —, especialistas em questões de gênero analisam em que medida esse episódio reforça a noção estereotipada de que a mulher é um “troféu”, um “objeto de consumo” do homem.

— [A fala de Bolsonaro] Reforça a ideia de que um homem é melhor porque tem uma esposa que é mais jovem e vista como mais bonita — pontua a psicóloga Jaqueline Gomes de Jesus. — Isso mostra como ele considera as mulheres um objeto de consumo, e como ele acha que elas são melhores ou piores de acordo com a idade e a aparência. Para ele, é como se fosse uma vergonha para o homem ter um relacionamento com uma mulher mais velha.

Em meio a uma [crise global](#) e uma [tensão diplomática sobre a Amazônia](#) com o presidente francês, Emmanuel Macron, Bolsonaro usou as redes sociais para endossar uma postagem sexista feita por um internauta no sábado. O seguidor postou uma montagem com as fotos do casal francês e do casal brasileiro, lado a lado, com a legenda: “Agora entende porque Macron persegue Bolsonaro?”. O próprio Bolsonaro, então, respondeu nos comentários: “Não humilha cara. Kkkkkkk”. Essa fala viralizou e foi duramente criticada pela imprensa mundial, especialmente a da França.

Nesta segunda-feira, [Macron respondeu](#), afirmando esperar que o Brasil tenha logo “um presidente que se comporte à altura” do cargo.

— Ele [Bolsonaro] fez comentários extraordinariamente desrespeitosos em relação a minha esposa. O que posso dizer? É triste. Mas é triste, sobretudo, para ele e os brasileiros. Penso que as mulheres brasileiras têm, sem dúvida, vergonha de seu presidente — disse Macron. — E como eu tenho muito respeito e admiração pelo povo brasileiro, espero que muito rapidamente eles tenham um presidente que se comporte à sua altura.

‘Age shaming’

Em inglês, existe até um termo, ainda pouco usado, para situações em que uma pessoa tenta humilhar a outra usando como argumento o fato de ela ser mais velha: *age shaming*. Não à

toa, na maior parte das vezes em que esse termo tem sido aplicado, a vítima é uma mulher.

Historicamente, as mulheres são mais “validadas” pela aparência do que os homens. E é essa noção que é reforçada pelo comentário de Bolsonaro na rede social. Segundo a psicóloga Jaqueline Gomes de Jesus, o presidente tem uma visão problemática sobre as questões de gênero, e sua fala foi “vergonhosa e desrespeitosa” para todas as mulheres. No entanto, Jaqueline acredita que há um lado importante nesse episódio: o de expôr o absurdo desse ataque.

— É importante isso ser exposto para que as pessoas reflitam sobre preconceito e como esses estereótipos estão naturalizados. A sociedade precisa pensar sobre isso para parar de reproduzir esse tipo de coisa, já que o presidente não cumpre esse papel de desconstrução — diz a psicóloga.

A especialista ressalta que a simulação de uma competição entre Brigitte Macron e Michelle Bolsonaro, a partir da aparência delas, é algo tão danoso para a francesa quanto para a primeira-dama brasileira. Isso porque a ideia de que o principal aspecto positivo associado à ela é sua beleza e juventude diminui e limita a própria Michelle.

O fato de um relacionamento amoroso de um homem com uma mulher bem mais jovem ser mais aceito do que o contrário já foi, inclusive, muito questionado por Emmanuel Macron durante sua campanha eleitoral, quando adversários usavam isso para tentar atingi-lo. Na ocasião, o francês disse, mais de uma vez, que “se fosse eu 20 anos mais velho que minha mulher, ninguém estaria falando disso”.

‘Reforça tudo o que combatemos há mais de 200 anos’

Hildete Pereira de Melo, economista especializada em desigualdades de gênero, disse que não ficou surpresa com a declaração de Bolsonaro e reforçou que Macron, Brigitte e todas as mulheres do mundo merecem respeito.

— Eu tenho vergonha da fala do meu presidente. Ele reforça tudo o que lutamos há mais de 200 anos para acabar. Hoje, nós temos uma voz que se levanta contra isso, mas ainda é insuficiente para mudar as gerações mais velhas.

Para Heloisa Pait, professora de Sociologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), tanto este comentário quanto outras falas do presidente Bolsonaro mostram que ele não vê fronteira entre o público e o privado.

— Essa fala [com a comparação entre a beleza e a idade das duas primeiras-damas] está na esfera do privado. Para além do seu conteúdo sexista, ela jamais deveria ser levada a público como foi. Isso, até pouco tempo atrás, não seria algo que um presidente traria a público, porque fazer isso vai contra uma série de princípios republicanos, de protocolos, de etiqueta.

O que preocupa a socióloga é, portanto, não apenas o conteúdo da fala de Bolsonaro, mas a forma como ele usa essas “falas polêmicas”, que reforçam um senso comum socialmente danoso, para alimentar certa popularidade. Heloisa Paita lamenta que isso diminua o nível do diálogo.

Ela elogia a resposta dada por Macron nesta segunda-feira:

— Foi uma resposta madura, que, digamos, colocou os pingos nos “is”. Quando o comentário de um chefe de Estado é tão infantil quanto foi neste caso, a resposta tem que trazer a conversa de volta para o nível republicano — analisa ela.

Por Clarissa Pains e Alice Cravo

[O patriarcado da conquista e as mulheres indígenas](#)

Presidente Bolsonaro resgatou a matéria do esconderijo das latrinas para lançá-lo como questão ambiental.

[\(El País, 20/08/2019 - acesse no site de origem\)](#)

“Cocô” saiu dos esgotos e foi manchete de jornal no Brasil. Presidente Bolsonaro resgatou a matéria do esconderijo das latrinas para lançá-lo como questão ambiental. Primeiro, sugeri um disciplinamento do intestino como forma de proteção ao meio-ambiente: [“dia sim, dia não”](#) é como se deve defecar para o progresso do país. Segundo, pressionado pelas contínuas investidas em territórios indígenas, ironizou que [“cocozinho petrificado”](#) de um índio deixaria a terra inútil para exploração econômica. É certo que é possível entender suas tolices como distrações autoritárias do poder, o [“ridículo político”](#), descrito por Márcia Tiburi: enquanto se discute o inominável na esfera pública, políticas ambientais avançam no desmatamento e espoliação de terras indígenas.

O diversionismo vulgar de Bolsonaro é também discurso espontâneo, pois é como dejetos humanos que entende as nações indígenas. Há assim uma metonímia ideológica na repetição tola de “cocô” ao falar de meio-ambiente: é uma forma de desumanização dos indígenas. Mas como a vida política é caótica, os eventos históricos podem ser simplificados e tomados como “causa e consequência” dos abusos do poder. Na mesma semana em que Bolsonaro se deliciava com o palavreado de banheiro, [2 mil mulheres indígenas](#), de 120 povos, se reuniram em Brasília para a primeira marcha de mulheres indígenas da história do país: “Território: nosso corpo, nosso espírito”. Como se não bastasse a ousadia da marcha, vieram em aliança com outras 100 mil mulheres trabalhadoras rurais para a [Marcha das Margaridas](#), considerada a maior movimentação permanente das mulheres latino-americanas. [Ro’Otsitsina Xavante](#) não se define como líder, mas como uma porta-voz do movimento e assim descreveu o encontro: “Queremos compor com as Margaridas para mostrar aliança”.

A aliança começará por onde o projeto histórico de propriedade do patriarcado nunca deixou de operar na América Latina: mulheres indígenas e rurais estão entre as principais vítimas dos [“crimes do patriarcado”](#), como nomeia Rita Segato. Ao marcharem juntas, elas desafiaram o mandonismo patriarcal que as descreve como resíduo da história e do humano ou mesmo as regras comunitárias restritivas sobre a participação de mulheres no “mundo dos brancos”. Na marcha, as mulheres indígenas elegeram um espaço do “poder branco” para ocupar: o prédio do Ministério da Saúde, onde se definem as políticas de saúde indígena. A ocupação tem um

aceno trágico, pois a matança indígena se deu por duas vias na história dos países latino-americanos: pelas doenças dos brancos e pela exploração do meio-ambiente.

A espoliação dos corpos indígenas é uma extensão da desapropriação dos territórios pelo avanço do capital: os territórios indígenas são descritos como “terras inexploradas”, e o imperativo de conquista se alinha à ordem patriarcal do poder. A expressão [“colonialidade do poder”](#) se assentou na literatura crítica latino-americana para descrever a interseção entre capitalismo e racismo nas formas de governo de nossos países: um projeto de modernidade se consolidou tendo o racismo como eixo organizador da exploração. Rita Segato prefere nomeá-lo como [“conquistabilidade do poder”](#), um mandato masculino de feudalização dos territórios que nunca terminou - é um projeto histórico de propriedade racista e patriarcal. É nesse marco de poder depredatório colonial que líderes fascistas ganham contornos particulares na guerra às mulheres e ao meio-ambiente: os crimes do patriarcado já estavam instalados na América Latina como marco de poder antes do alastramento da ordem global misógina.

Se o patriarcado da conquista se perpetuou pela posse e pelo mandonismo, foi também pela ordem religiosa católica-evangélica e militar de nossos países. Mulheres indígenas e rurais vem sendo testemunhas dessa permanente espoliação da vida, por isso os índices alarmantes de violência doméstica e [feminicídio](#) de países tão diferentes quanto México, Bolívia ou Brasil. Se das mulheres indígenas e rurais veio o grito “estamos unidas e não vamos nos calar”, cabe às mulheres do “mundo dos brancos” a escuta e o pedido de licença para participar da união que se inicia. É em torno da “questão de gênero”, segundo Segato, que todas as outras formas de poder gravitam. Será exatamente daí que narrativas inesperadas sobre a perversidade do poder patriarcal racista surgirão para a transformação política.

Por Debora Diniz e Giselle Carino

[ONU Mulheres abre convocação para prêmio de publicidade não sexista](#)

Agências de publicidade e anunciantes de toda América Latina e Caribe são convidados pela ONU Mulheres a inscrever, até 6 de setembro, campanhas originais, empáticas e estratégicas que transformam os estereótipos de gênero.

Poderão participar as campanhas produzidas e veiculadas entre 1º de agosto de 2018 e 6 de setembro 2019, que tiveram como objetivo posicionar produtos e/ou serviços em qualquer formato comunicativo: TV, rádio, jornalismo impresso ou plataformas digitais, entre outras.

[\(ONU, 19/08/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Agências de publicidade e anunciantes de toda América Latina e Caribe são convidados pela ONU Mulheres a inscrever, [até 6 de setembro](#), campanhas originais, empáticas e estratégicas que transformam os estereótipos de gênero.

Poderão participar as campanhas produzidas e veiculadas entre 1º de agosto de 2018 e 6 de setembro 2019, que tiveram como objetivo posicionar produtos e/ou serviços em qualquer formato comunicativo: TV, rádio, jornalismo impresso ou plataformas digitais, entre outras.

Esta 4ª edição do prêmio “De Igual para Igual” abre, pela primeira vez, a categoria “Marcas ou Anunciantes”, para reconhecer a consistência na transformação de uma marca que aposta cada vez mais em superar a discriminação, prevenir e eliminar a violência de gênero e promover a igualdade entre mulheres e entre homens e mulheres.

As campanhas de maior destaque serão eleitas por um júri e serão reconhecidas em 2 de outubro deste ano na Conferência Latino-americana +Cartagena 2019, festival de publicidade latino-americano, realizado na Colômbia. Serão entregues três premiações “De Igual para Igual”: para agências e marcas, escolhidas pelo júri, e de campanha sob decisão do público.

Inscrições

A agência publicitária ou anunciante pode enviar spot ou campanha que colabore para romper estereótipos de gênero ou para promover os direitos das mulheres. A inscrição deve ser feita na plataforma www.premiosdeigualaiqual.com, de acordo com critérios de participação.

As candidaturas devem ser apresentadas na plataforma até as 23h59 (horário de Bogotá, Colômbia) de 6 de setembro de 2019.

Premiação

Os prêmios são uma iniciativa da ONU Mulheres Colômbia em parceria com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), que busca promover e destacar novas narrativas publicitárias e de mercado sobre os papéis que desempenham homens e mulheres na sociedade.

A seletiva se iniciou no ano de 2016. Ao longo de três edições, mais de 100 campanhas de toda a região foram inscritas. Entre as premiadas, estão produções publicitárias inovadoras relacionadas às mudanças na representação dos papéis de homens e mulheres como um compromisso com a igualdade de gênero e a eliminação dos estereótipos.

Após sete meses, Damares não gastou um centavo com a Casa da Mulher Brasileira

Apesar de orçamento de mais de R\$ 13 milhões, ministra não desembolsou recursos para o programa de atendimento a mulheres vítimas de violência

(Agência Pública, 16/08/2019 - acesse no site de origem)

Com R\$ 13,6 milhões reservados no orçamento deste ano, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) de Damares Alves não gastou, até hoje, nenhum centavo com

a construção da Casa da Mulher Brasileira, uma das principais iniciativas do governo federal para o enfrentamento da violência contra a mulher no Brasil. Elogiado por especialistas pela segurança e rapidez de acesso das vítimas à rede de proteção social, o programa prevê a implantação de centros de atendimento multidisciplinares para mulheres vítimas de violência em 25 capitais brasileiras – atualmente, apenas cinco estão abertos.

Desde que assumiu, Damares vem afirmando que o combate à violência contra a mulher é prioritário em sua gestão, mas, apesar de contar com orçamento para o programa, já em abril ela declarou ser impossível para o ministério manter a Casa da Mulher Brasileira. Segundo a apuração da Agência Pública com base em dados do próprio governo federal, após mais de sete meses de governo Bolsonaro, nada foi executado do orçamento aprovado em 2018 com a participação da equipe de transição do atual presidente. Os repasses para manutenção – com verba de R\$ 1,3 milhão reservada no orçamento – também não foram feitos. Se, a partir de agora, o governo quiser executar tudo que está orçado para este ano, seria preciso empenhar ao menos R\$ 2,7 milhões por mês para construção dos espaços.

A Casa da Mulher Brasileira faz parte de um programa lançado por decreto em 2013 pela então presidente Dilma Rousseff (PT) com o nome de “Mulher: Viver Sem Violência”. O objetivo era expandir a rede de serviços voltados para as mulheres vítimas de violência e promover a integração entre eles, através de ações para além da implementação das casas, como a ampliação da central telefônica Ligue 180 e campanhas de conscientização sobre o tema. A execução do programa ficou a cargo da Secretaria de Políticas para as Mulheres, à época com status de ministério – hoje é apenas um departamento dentro da pasta de Damares. A mudança ocorreu ainda durante o governo de Dilma Rousseff.

O projeto propõe que a vítima de violência disponha, em cada Casa, de Delegacia de Defesa da Mulher, Defensoria Pública, Promotoria, Juizado e Vara especializados, equipes de psicologia e assistência social, alojamento de passagem, brinquedoteca e serviços de promoção da autonomia econômica. Os recursos para construção da Casa partem da União, que também repassa verbas para a manutenção dos espaços durante seus primeiros 24 meses. Depois, município ou estado precisa assumir o gasto.

Esta não é a primeira vez que o governo federal descumpra o orçamento para a Casa da Mulher Brasileira. Em 2017, durante governo de Michel Temer (MDB), apesar de R\$ 1,4 milhão empenhado para a construção de novas casas, nada foi liquidado, ou seja, efetivamente pago a quem executaria os serviços – o governo bancou apenas os gastos de manutenção das casas já construídas. Em 2016, último ano de Dilma Rousseff e início do governo Temer, apenas 13,32% do total orçado para a construção das casas foi gasto. Em 2018, a execução foi alta, de 75,76%, contudo o valor orçado já havia sido reduzido mais de 15 vezes: se inicialmente o governo teria mais de R\$ 26 milhões para a construção das casas, o orçamento final foi o mais baixo da série, de apenas R\$ 1,7 milhão.

Procurado pela Pública, o MMFDH informou que está reformulando o projeto da Casa da Mulher Brasileira para adequá-lo à “realidade orçamentária do país”. Explicou que pretende utilizar parte da verba destinada à construção de novas casas em um projeto menos custoso. A pasta comunicou também que modificará o decreto de instituição do programa para que seja possível “instalar casas em espaços cedidos ou locados” em vez de construí-las. De acordo com o ministério, hoje cada um dos centros de atendimento demanda R\$ 13 milhões para ficar pronto e, na nova proposta, sairia a partir de R\$ 823 mil.

Questionamos também o ministério sobre um pacto, lançado neste mês por Damares, para a implementação de políticas públicas de proteção para mulheres, assinado por representantes do governo - entre eles o ministro Sergio Moro - e do Legislativo e pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli. De acordo com o MMFDH, estão sendo criados grupos de trabalho sobre o tema, sendo a “jornada de trabalho de promoção da segurança e defesa da mulher uma das primeiras ações”, sem detalhamento do que a medida significa.

De 25 casas previstas, cinco prestam atendimento

A construção das casas entrou como meta no Plano Plurianual 2016-2019, que determina as políticas públicas prioritárias para o governo federal no período. O documento estabelece que 25 capitais brasileiras devem recebê-las até o fim deste ano, mas atualmente apenas cinco estão abertas ao público: Campo Grande, São Luís, Fortaleza, Curitiba e Boa Vista - esta última enfrenta problemas estruturais, segundo o próprio governo de Roraima, mas ainda assim presta atendimento.

A Casa de Brasília, inaugurada em 2015, foi embargada parcialmente em 2017 e de forma definitiva em 2018 porque o prédio ameaçava desabar - o MMFDH informou que “está sendo construído um acordo para que a obra seja recuperada e os serviços continuem sendo prestados em outro local”. Na época da construção, o governo federal transferiu R\$ 4,5 milhões para a estrutura. O convênio de manutenção do serviço previa um repasse anual de R\$ 13,7 milhões. Neste ano, segundo a administração da Casa, nada foi repassado. Já a de São Paulo, apesar de pronta, ainda não foi inaugurada - de acordo com a prefeitura, a previsão é que comece a funcionar neste semestre.

“Um sonho” de atendimento

Quando a Casa da Mulher Brasileira foi idealizada, Eleonora Menicucci era ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Ela lembra que o projeto tinha o objetivo de cumprir uma das determinações do artigo 8º da Lei Maria da Penha: a “integração operacional” do Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública a áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação como diretriz de políticas de combate à violência doméstica e familiar. “Nós vimos que as redes não estavam respondendo à altura por causa do aumento das violências e as mulheres continuavam ainda com a via- crúcis em busca do serviço, então propusemos essa política”, explica.

Uma iniciativa de El Salvador serviu de inspiração: o Ciudad Mujer, projeto criado em 2011 pela advogada brasileira Vanda Pignato, ex-primeira-dama do país. O programa permitiu a abertura de centros que reúnem serviços públicos de atendimento às mulheres em áreas desde saúde a cooperativas de crédito - hoje, existem seis deles espalhados pelo território salvadorenho. No início de 2013, Eleonora Menicucci viajou a El Salvador para visitar os espaços acompanhada de Aparecida Gonçalves, à época secretária nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, para conhecer o projeto.

A facilidade de acesso da mulher à rede de assistência reunida em um único espaço é “um sonho” para especialistas no tema, como Wânia Pasinato, consultora da ONU Mulheres, que há mais de 20 anos faz pesquisas em justiça criminal e violência contra a mulher. “A proximidade entre uma equipe psicossocial, a Delegacia da Mulher, a Defensoria Pública e o juizado faz com que pelo menos o trâmite inicial ocorra mais rapidamente. Isso dá mais segurança às mulheres”, explica a socióloga, pós-doutora pelo Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, da Unicamp.

Wânia destaca que a agilidade e abrangência do acolhimento são cruciais porque, quando as vítimas tomam a decisão de buscar ajuda institucional, “já passaram por muitos processos internos de dúvida, medo, insegurança”. Outro ponto importante é que o espaço integrado favorece o compartilhamento de informações entre os serviços. “Ela [a Casa] criou a possibilidade de que a rede fosse também uma estrutura de circulação dos documentos relacionados ao caso da mulher [atendida] e de informações relativas a esse caso. Produzir estatísticas, ter dados e criar indicadores é fundamental para que se possa entender melhor não só a violência, mas também onde estão ocorrendo as falhas, que são inegáveis, na resposta para as mulheres e na aplicação da Lei Maria da Penha.”

Campo Grande: primeira e referência

Em Campo Grande, onde fica a mais antiga e uma das únicas cinco casas abertas, o caso de Letícia*, de 33 anos, mostra como o programa funciona quando bem executado. No fim de julho, ela foi agredida com um soco pelo ex-marido, que havia ido até sua casa para buscar o filho do casal, de 4 anos. A violência física foi precedida por um longo período de ataques verbais e psicológicos que culminou na separação do casal.

Letícia, moradora de Campo Grande, procurou a Casa da Mulher na mesma noite em que sofreu a agressão. Passou pela triagem, foi atendida por uma psicóloga e de lá seguiu para a Delegacia da Mulher, onde registrou o boletim de ocorrência. Por último, foi encaminhada à Vara Especializada, que lhe concedeu uma medida protetiva contra o ex-companheiro. “Me disseram: ‘Tem que denunciar, tem muitas mulheres sofrendo violência porque não denunciam’. Explicaram tudinho para mim, me deixaram bem tranquila”, conta a dona de casa. A medida protetiva também tem cumprido seu papel. “Só dele não ficar me ligando, me mandando mensagem, vindo aqui na minha porta me ofender, para mim, já é um alívio”, diz.

Seguindo o modelo da época da implantação do projeto, ainda sob os auspícios da Secretaria de Políticas para as Mulheres, uma servidora do atual Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos é responsável pela coordenação geral da Casa. Tai Loschi, que desempenha esse papel em Campo Grande, diz que a atribuição mais importante do cargo é organizar as reuniões mensais do colegiado gestor da Casa, formado por representantes da prefeitura, governo do estado, Polícia Militar e Patrulha Maria da Penha, além de delegada, juíza, defensora pública e promotora. “É uma reunião democrática e horizontal, porque aqui todo mundo tem suas diretrizes, mas temos que andar juntos. As reuniões do colegiado são justamente para afirmar a horizontalidade dos serviços”, explica. De acordo com ela, todas as decisões relativas ao local dependem da deliberação dos integrantes do colegiado.

A Casa da Mulher em Campo Grande é referência nacional na prestação do atendimento integral às mulheres vítimas de violência. De fevereiro de 2015, quando abriu, até o último mês de junho, foram registrados ali mais de 32 mil boletins de ocorrência, concedidas mais de 14,8 mil medidas protetivas e 49,3 mil atendimentos foram feitos pelo Ministério Público do estado. Neste ano, autoridades de Roraima – cuja capital já abriga uma Casa –, Piauí e Alagoas visitaram o serviço para observar como funciona.

Embora funcione há quatro anos e meio, a Casa ainda se mantém com dinheiro do governo federal. A prefeitura de Campo Grande precisava utilizar os aproximadamente R\$ 9,5 milhões previstos em convênio até dezembro de 2016, mas precisou renegociar o prazo por quatro vezes, o que não implicou o repasse de mais verbas, segundo a própria prefeitura. Depois de junho de 2020, nova data-limite para execução dos recursos da União, o município deverá

assumir os gastos com manutenção - limpeza, locação de veículos e alimentação para mulheres abrigadas, entre outros -, além das despesas com as quais já arca, como água, luz, telefonia e recursos humanos.

Desde maio, a Casa tem recebido apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) através do Observatório sobre Violência contra a Mulher. Em fase de implantação, ele é fruto de um acordo de cooperação com a prefeitura de Campo Grande e pretende monitorar e analisar dados sobre violência contra mulher no município, promover ações de prevenção e formação para gestores, pesquisadores e comunidade. Segundo as professoras Ynes da Silva Félix e Jacy Correa Curado, coordenadora e vice-coordenadora do Observatório, para continuar “sendo referência e exportando know-how em tecnologia social de atendimento à violência contra a mulher, a Casa “deve ser alvo de investimento e boa gestão pública”, como vem ocorrendo em Campo Grande.

**O nome verdadeiro foi preservado para proteger a identidade da fonte*

Por Anna Beatriz Anjos, Bruno Fonseca

Atualização (19/08/2019):

A Agência Pública mantém as informações publicadas na reportagem “Damares não gastou nenhum centavo com a Casa da Mulher Brasileira”, contestada pelo MMFDH nessa [nota](#). Os R\$ 13,6 milhões para a construção da Casa da Mulher Brasileira estão no orçamento aprovado, com relatamos no texto. Em relação ao contingenciamento de verbas, a informação foi omitida pelo Ministério em resposta a sete perguntas enviadas pela reportagem. A explicação recebida, de que o Ministério iria reformular o programa “para adequá-lo à realidade orçamentária do país”, consta na reportagem.

Não há equívoco na reportagem, baseada na Lei Orçamentária e no Portal da Transparência, onde constam os valores empenhados e executados. O que houve foi uma omissão do Ministério que poderia ser corrigida pela assessoria sem negar os fatos apresentados pela reportagem. A agressividade da nota enviada na noite sexta-feira impediu sua publicação, já que nos obrigaria a uma nova resposta.

Casamento infantil: o que muda na sociedade quando a “mulher de família” é, na verdade, uma menina?

O Brasil é o quarto país com maior número de meninas que se casam antes dos 18 anos. Uma realidade que está longe de representar um conto de fadas. Aos 13 anos, Eliane Nascimento aproveitava a rotina entre a escola e o tempo livre em casa. Ao completar 14 anos, Lucilene

Aparecida já cursava datilografia, mesmo contra a vontade dos pais, que não queriam a filha “circulando por aí”. Os 15 anos trazem boas recordações para Daniela dos Santos: dançar era sua maior preocupação. Aos 17 anos, Elaine Vanessa Gabriel, a Nanny, passava o dia entregando currículos em shoppings à procura de emprego. Foi então que um acontecimento mudou o rumo da vida de todas elas: o casamento.

[\(UOL Univesa, 16/08/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Embora o foco na maternidade e no trabalho doméstico seja o modelo de vida defendido como ideal pela ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damarens Alves — segundo ela, “mulher nasce pra ser mãe” –, acontece que na composição das famílias brasileiras esta mulher, muitas vezes, é apenas uma menina.

Aqui, na maioria das uniões formais ou informais, a menina ou menino tem menos de 18 anos. Quem é do sexo feminino é mais afetada. São cerca de três milhões de garotas que mudaram drasticamente suas realidades ao se casarem na infância ou adolescência, de acordo com o estudo Ela Vai no Meu Barco: Casamento na Infância e Adolescência no Brasil, produzido entre 2014 e 2015.

Em todo o mundo, cerca de 650 milhões de mulheres se casaram antes do fim da adolescência, segundo a Unicef, o Fundo das Nações Unidas para a Infância. Uma em cada cinco meninas está casada antes de completar 18 anos. São 23 delas a cada minuto. Para a organização, essa realidade está longe de representar um conto de fadas: é um problema a ser enfrentado uma vez que interfere diretamente nos direitos de crianças e adolescentes pelo mundo.

Mesmo com um número tão alto de casamentos, quem acompanha de perto essa realidade afirma que um dos maiores desafios para enfrentar o problema é a invisibilidade. “Toda vez que a gente fala sobre isso as pessoas fazem aquela cara de ‘ué?’ porque o casamento infantil é completamente naturalizado. Isso transforma uma violência desse tamanho, num processo quase invisível”, afirma Viviana Santiago, especialista em gênero da Organização Plan International.

Os motivos que levam ao casamento são diversos: vão desde a procura por proteção contra a violência sexual ou doméstica, casos de gravidez ou falta de oportunidades no mercado de trabalho, entre outros.

O nível socioeconômico do país também interfere. Os dados da Instituição “Girls Not Brides (Garotas, Não Noivas, em tradução livre para o português)” revelam que meninas de famílias pobres têm chances três vezes maiores de se casar antes dos 18 anos do que meninas de famílias mais ricas.

[Confira matéria completa no portal Univesa](#)

Por Camila da Silva